

CONTRATOS – PROGRAMA | EMPRESAS MUNICIPAIS

26. CONTRATOS-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E AS EMPRESAS MUNICIPAIS (TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. S.A., BRAGAHABIT- EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA E IB-AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. PARA 2023.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas do contratos-programa, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 47º da lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a celebrar com as seguintes empresas municipais, para o ano de 2023:

- a) Teatro Circo de Braga, E.M. S.A.;
- b) BRAGAHABIT- Empresa Municipal de Habitação de Braga;
- c) IB- Agência para a Dinamização Económica, E.M.

PROPOSTA

ASSUNTO: Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e as Empresas Municipais para 2023

Teatro Circo de Braga, E.M, S.A.; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.

I. Exposição e Motivos

1. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, cultural e social de Braga, foi apresentado, por parte das administrações das empresas municipais, Teatro Circo de Braga, E.M, S.A., Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., uma proposta para a celebração de contratos-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente a fomentar o desenvolvimento das suas atividades.
2. Sobre estas entidades - com revelantíssimas responsabilidades no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhes estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

3. Estas empresas municipais, ainda que integradas no tecido empresarial local, representam entidades cujo objeto promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população de Braga, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.

4. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação e cultura, ação social e habitação, promoção do desenvolvimento, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e), h), i) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
5. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
6. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.
7. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma "*mais-valia*" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes.
8. Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.
9. No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras

com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.

- 10.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.
- 11.** As minutas dos contratos-programa preveem ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.
- 12.** Nestes termos, considere-se ainda que:
 - a)** O Teatro Circo de Braga, E.M, S.A. é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais e de outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei;
 - b)** A Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., é uma empresa local que visa a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social;
 - c)** A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., é uma empresa local que tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;

- d)** As mencionadas empresas regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
 - e)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;
 - f)** As minutas dos contratos-programa a celebrar inscrevem a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas das empresas, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pelas empresas;
 - g)** As minutas dos contratos em anexo cumprem ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 13.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.
- 14.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

- 15.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.
- 16.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os presentes contratos-programa foram objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa.
- 17.** As despesas têm enquadramento, respetivamente, nas rubricas 0102/04010101, 0102/04010101, 0102/04010101 do Orçamento do Município, cabendo-lhe os números de cabimento 74291, 74057, 75264 com os compromissos sequencial 91938, 91375, 92944.

Em face do exposto, **proponho:**

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2023.

Braga, 6 de dezembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio, Dr.

CONTRATO-PROGRAMA

Entre a **Câmara Municipal de Braga**, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a **BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Carlos Alberto da Fonte Videira;

Considerando que:

- A. O Apoio financeiro ao arrendamento de fogos a estratos sociais desfavorecidos efetuado pelo Município, foi transferido, por delegação de competências, para a empresa BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga;
- B. Nos termos do Artigo. 5º, dos respetivos Estatutos, a BragaHabit, E.M. tem como principal atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da empresa e dos fogos de habitação social que sejam propriedade municipal - adquiridos, construídos ou arrendados para posterior subarrendamento - assim como o de proceder à conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
- C. A BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. assegura também a promoção de mecanismos e processos de inclusão social e habitacional, através de ações individualizadas de acompanhamento às famílias, de implementação e participação em projetos e parcerias, bem como pela promoção de ações específicas de desenvolvimento comunitário nos bairros sociais;
- D. A BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. exerce outras atribuições que lhe estejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;
- E. O valor dos rendimentos da BragaHabit, E.M. provem das rendas socialmente atribuídas, cujo valor está dependente dos rendimentos dos agregados familiares

mais carenciados, obtidos de acordo com a Lei 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;

- F. Os valores dos rendimentos obtidos das rendas sociais são muito inferiores aos que poderiam ser alcançados por arrendamento livre no mercado do mesmo património municipal;
- G. A diferença entre as rendas sociais e as rendas de mercado consubstancia a grande parte do esforço financeiro que a BragaHabit, E.M. suporta em consequência da delegação de competência referidas no ponto A;
- H. O valor aproximado do esforço financeiro feito pela BragaHabit, E.M., obtido da contabilidade da empresa e do seu programa de gestão, supera os 3 milhões de euros, conforme mapa de cálculo anexo a este documento;
- I. A BragaHabit, E.M. não dispõe de rendimentos de atividades próprias que assegurem a cobertura do esforço financeiro acima descrito que permitam garantir o equilíbrio financeiro da empresa;
- J. Podem ser celebrados contratos-programa que atendam à prossecução de objetivos setoriais, em conformidade com a Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, art.º. 50º;

Assim:

Tendo em conta o esforço social financeiro direto da BragaHabit, E.M. por praticar rendas de acordo com a Lei do Arrendamento Apoiado, apurado de acordo com os cálculos referido em Anexo, e de forma a garantir que o equilíbrio económico e financeiro desta empresa municipal, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, solicita-se à Câmara Municipal de Braga um apoio financeiro de 1.550.000,00 euros através da celebração de um contrato-programa.

Foi acordado a celebração do presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato-programa, celebrado nos termos do artº. 50º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento das condições a que as partes se obrigam em ordem a assegurar a prossecução de objetivos setoriais da BragaHabit no âmbito do apoio ao arrendamento urbano a famílias de fracos recursos.

Cláusula 2ª

Obrigações e direitos das partes

1. A BragaHabit obriga-se a conceder apoios habitacionais nos termos anteriormente referidos, a estratos sociais carenciados nos termos da respetiva regulamentação em vigor e legislação aplicável.

2. A Câmara obriga-se a participar financeiramente na cobertura de parte dos encargos através da atribuição de um subsídio 1.550.000,00 € (um milhão quinhentos e cinquenta mil euros), para o ano de 2023, a satisfazer em duodécimos.

3. A BragaHabit obriga-se também a apresentar relatórios trimestrais demonstrativos da execução física e financeira do presente contrato.

Cláusula 3ª

Indicadores de eficácia e eficiência

O contrato-programa estabelecido entre os presentes subscritores tem por objeto assegurar a prossecução dos seguintes indicadores de eficácia e de eficiência:

3.1 Indicador de Eficiência na Utilização de Fogos

O indicador de eficiência na utilização dos fogos permite avaliar a forma como a empresa está a cumprir o seu objetivo social, nomeadamente maximizando a utilização de fogos habitacionais detidos.

Para melhor compreender o primeiro indicador, temos que referir que o número de fogos sob nossa gestão tem vindo a diminuir devido essencialmente à rescisão de contratos no regime de subarrendamento, por decisão unilateral dos respetivos senhorios, decréscimo que prevemos que se mantenha no ano de 2023.

Relativamente aos fogos devolutos, temos que atender ao facto que, desde 2019, o seu número tem vindo a aumentar, não porque estejam verdadeiramente devolutos, mas porque estão a ser utilizados como apartamentos de transição para alojar as famílias, ao longo da empreitada, enquanto os fogos onde residem estão a ser intervencionado.

Com a conclusão das empreitadas, sobretudo a do Bairro de Santa Tecla, o número de fogos devolutos diminuirá muito.

Em 2023, a BragaHabit terá em execução a reabilitação de parte do seu património, enquadrado no Programa “1.º Direito”, podendo ser ainda necessário reservar alguns fogos para apartamentos de transição, mas, na sua maioria, as obras não implicarão a saída das famílias residentes.

Neste contexto, prevemos uma melhoria substancial neste indicador com a eficiência a rondar os 98%.

Indicador de eficiência	Meta		
	2021	2022	2023
Nº. De fogos sob gestão	735	729	750
Nº de fogos devolutos	61	10	5
Indicador	8,30%	1,37%	0,67%

3.2. Indicador de Eficiência na Atualização de rendas

O indicador de eficiência na atualização de rendas permite-nos avaliar a forma como a empresa ajusta o valor dos rendimentos anuais dos seus beneficiários ao cálculo do valor das rendas, de acordo com a lei aplicável.

Tem sido possível garantir a atualização de dados, incluindo a referente aos rendimentos, em todos os processos ativos em Arrendamento e Subarrendamento Apoiado.

Indicador de eficiência	Meta		
	2021	2022	2023
Nº de processos ativos	726	720	741
Nº de processos atualizados	726	719	740
Indicador	100,00%	99,86%	99,87%

Não prevemos que estas ações administrativas não possam continuar a ser executadas com o sucesso de anos anteriores.

3.3. Indicador de Eficácia nas Cobranças

O próximo indicador mede o grau de cumprimento dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Conforme poderemos verificar, este indicador tem vindo a piorar, apesar de todos os esforços que a BragaHabit tem feito para que tal não aconteça, designadamente com o aumento das ações nos Serviços de Cobrança e da intervenção dos Serviços Jurídicos da empresa.

As medidas extraordinárias adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19 colocam novos desafios ao cumprimento desta meta, visto que proíbem as medidas mais coercivas, continuando em vigor a suspensão dos atos de execução de entrega do locado, prevista no artigo 6º-E, nº 7, alínea c) da Lei nº 13-B/2021, de 5 de abril, que se aplica nos

casos em que o arrendatário possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria.

Indicador de eficácia	Meta		
	2021	2022	2023
Nº de processos ativos	726	720	741
Nº. de processos com rendas em atraso	400	350	250
Indicador	55,10%	48,61%	33,74%

Cláusula 4ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do Fiscal Único, produz efeitos no próximo ano de 2023 e é celebrado por proposta da Câmara Municipal de Braga e respetiva aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Cláusula 5ª

Integração em plano de atividades

Para satisfação do disposto na Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa integrará o Plano de Atividades da BragaHabit para o ano de 2023, sendo os mesmos acompanhados do parecer do Fiscal Único nos termos da alínea j) do nº6 do art. 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Braga, _____ de _____ de _____.

Pela Câmara Municipal de Braga: _____

Pela BragaHabit: _____

CÁLCULO DO ESFORÇO FINANCEIRO

O esforço financeiro suportado pela BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. em consequência da aplicação de rendas sociais às habitações sob sua gestão, por cumprimento da delegação de competências do Município de Braga, é apurado da forma seguinte:

O cálculo da renda de mercado utiliza o referencial definido na Portaria nº 277-A/210 de 21 de maio que estabelece os valores máximos de rendas por tipologia de fogo e por Município.

Todos os mapas que servem de apoio aos cálculos são extraídos diretamente da Contabilidade Analítica da BragaHabit, cujo módulo integra o Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Os mapas resumo que capeiam a informação de cada Regime de Apoio à Habitação, deve ler-se:

- 1.ª Coluna - Renda média mensal de mercado - A. Corresponde a média da renda média mensal obtida em cada tipologia;
- 2.ª Coluna - N.º de Contratos da BragaHabit com inquilinos - B. Corresponde ao número total de contratos em vigor do respetivo Regime de Apoio na data da recolha da informação;
- 3.ª Coluna - Contratos da BragaHabit a valores de mercado - C. Corresponde ao valor total do arrendamento anual que a BragaHabit obteria se aplicasse aos contratos em cada freguesia, a renda média da respetiva tipologia.
- 4.ª Coluna - Contratos da BragaHabit - renda média social - D. Corresponde ao valor da renda média que a BragaHabit obteve ao aplicar aos contratos a renda social, calculada de acordo com a fórmula da Lei do Arrendamento Apoiado;
- 5.ª Coluna - Contratos da BragaHabit a valores sociais anuais - E. Corresponde ao valor total do arrendamento que a BragaHabit obteve por aplicar a renda social;

6.ª Coluna - Valor indemnização Compensatória - F. Corresponde ao esforço financeiro que a BragaHabit suporta pela prática de renda social, calculada pela diferença entre o valor total que obteria se aplicasse a renda média de mercado em cada freguesia e a verdadeira renda que aplicou, por aplicação da fórmula prevista na Lei do Arrendamento Apoiado. Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.

ARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Arrendamento Apoiado, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 2.654.041,68 euros.

ARRENDAMENTO APOIADO				
	MÉDIA MENSAL	PREVISÃO		
		2022		2023
Número de processos atualizados (A)		502		496
Renda média e total das rendas de mercado (B)	494,89 €	1.742.743,20 €		2.945.614,44 €
Somatório das rendas sociais (C)	48,98 €	310.000,00 €		291.572,76 €
Esforço financeiro (C=A-B)	445,91 €	1.262.264,16 €		2.654.041,68 €

SUBARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Subarrendamento, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 316.780,56 euros.

SUBARRENDAMENTO			
			PREVISÃO
	MÉDIA MENSAL	2022	2023
Número de processos atualizados (A)		157	150
Renda média e total das rendas de mercado (B)	264,53 €	467.046,00 €	476.156,04 €
Somatório das rendas sociais (C)	88,54 €	180.000,00 €	159.375,48 €
Somatório Subsídios (C=A-B)	175,99 €	318.617,36 €	316.780,56 €

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Residências Partilhadas, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 45.208,04 euros.

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS			
			PREVISÃO
	MÉDIA MENSAL	2022	2023
Número de processos atualizados (A)		37	37
Renda média e total das rendas de mercado (B)	287,69 €	41.428,68 €	55.208,04 €
Somatório das rendas sociais (C)	22,52 €	10.000,00 €	10.000,00 €
Somatório Subsídios (C=A-B)	265,17 €	31.428,68 €	45.208,04 €

Dos quadros em cima referidos, elaboramos um quadro resumo que nos indica o total do esforço financeiro que a BragaHabit prevê despende no ano de 2023, que é estimado em mais de 3.016.030,28 euros.

RENDAS MERCADO	MENSAL	ANUAL
Arrendamento Apoiado	494,89 €	2.945.614,44 €
Subarrendamento	264,53 €	476.156,04 €
Residências Partilhadas	287,69 €	55.208,04 €
TOTAL DAS RENDAS PELA RENDA DO MERCADO		3.476.978,52 €

RENDAS SOCIAIS BRAGAHABIT	MENSAL	ANUAL
Arrendamento Apoiado	48,98 €	291.572,76 €
Subarrendamento	88,54 €	159.375,48 €
Residências Partilhadas	22,52 €	10.000,00 €
TOTAL DAS RENDAS SOCIAIS A RECEBER EM 2023		460.948,24 €

VALOR DE ESFORÇO SOCIAL À HABITAÇÃO	3.016.030,28 €
--	-----------------------

Assim a indemnização compensatória, no valor de **1.550.000,00 euros (um milhão quinhentos e cinquenta mil euros)** corresponderá a um apoio municipal em cerca de 51% do esforço social realizado pela BragaHabit para o ano de 2023.



BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Introdução

1. Para efeitos do art.º 25.º, n.º6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (doravante designada de “Entidade” ou “Bragahabit”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato-Programa” no valor de 1 550 000 euros, para o exercício de 2023, cuja minuta se anexa (documento e respetivos anexos com dez páginas, por nós rubricadas e carimbadas).
2. Este contrato programa, consubstanciado em subsídios ou outras transferências financeiras do Município de Braga, é devido como contrapartida de obrigações assumidas pela Entidade no âmbito de:
 - a) Competências atribuídas enquanto entidade do setor empresarial local, ao nível dos fogos de habitação social e do apoio ao arrendamento de fogos destinados a famílias carenciadas, bem como da conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
 - b) Obrigações assumidas (i) por um lado, pela Bragahabit em matéria de disponibilização de habitação em condições de preços inferiores aos preços de mercado (medidos estes pelas “rendas de mercado” estabelecidas para os casos de arrendamento sem apoio social, quanto a prédios próprios, e pelas rendas efetivamente pagas pela Bragahabit, para os casos em que recorre a prédios de terceiros) e, (ii) por outro lado, pela atribuição de apoios monetários a famílias carenciadas.



Responsabilidades

3. É da responsabilidade do conselho de administração da Bragahabit o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os valores das rendas a preços de mercado, ajustados às condições reais de vetustez do parque imobiliário, e os valores das rendas a cobrar aos beneficiados, tendo em conta o número de contratos previsível (à luz da experiência do passado), bem como no cômputo do valor global dos apoios monetários a atribuir, considerando o número expectável de casos em cada vertente de apoio – conforme vem expresso na correspondente minuta de Contrato Programa.

Em termos do valor efetivo do subsídio, foi acordado entre as partes um montante abaixo do estimado, com base nos pressupostos referidos, e no nível de resultados previsíveis da Entidade.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor do subsídio à exploração previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela Bragahabit.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pela situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Braga, 13 de outubro de 2022.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

MINUTA DO CONTRATO - PROGRAMA - 2023

ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.-----

e

IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva**, como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 93A/2021 do conselho de administração, que se arquiva.-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA 1.ª

(Âmbito do Contrato-Programa)

1. O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico durante o ano de 2023. -----
2. Com efeito, a InvestBraga tem como objeto principal “a exploração de actividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de actividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros”.
3. Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo, inerentes à mencionada delegação de competências, a CMB disponibilizará à InvestBraga o montante **de 390.300 Euros**

CLÁUSULA 2.º

(Obrigações da InvestBraga)

1. A InvestBraga, no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento, que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e façam crescer a atividade económica da região com: -----

- a) a instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;
- b) promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado; -----
- c) promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado); -----
- d) acompanhar/monitorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

Neste âmbito, a InvestBraga obriga-se a:

- apoiar empresários e investidores na formalização das empresas; -----
- dar a conhecer possíveis localizações geográficas para as empresas; -----
- instauração dos processos de licenciamento municipais; -----
- agilizar processos burocráticos, como licenciamento de novas atividades; -----
- identificar recursos qualificados e prestar informação relativa aos mecanismos de apoio à contratação; -----
- prestar informação relativa aos incentivos locais, nacionais e internacionais. -----

2. A InvestBraga, no âmbito da atividade de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, outra das áreas estruturantes da sua atividade, compromete-se a: -----

- apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital, Tecnologias Médicas e Nanotecnologia;
- orquestração e dinamização do ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;

- reforço da aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região.
- alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com outros ecossistemas;

Neste domínio a InvestBraga obriga-se a:

- promover um programa de incubação onde todos os projetos apoiados terão à sua disposição um espaço de trabalho, condições privilegiadas de acesso a serviços de apoio para o desenvolvimento da empresa, a uma rede de investidores, mentores e outros contactos de âmbito nacional e internacional, permitindo assim uma envolvente favorável ao desenvolvimento dos projetos; ----
- organizar programas de pré-aceleração direcionados a apoiar os empreendedores com ideias ainda em fase anterior à criação de empresa, com o objetivo de os ajudar a estruturar, validar e implementar um modelo de negócio; -----
- organizar em parceria com entidades terceiras, um programa de aceleração de empresas desenhado para apoiar *Startups* que desenvolverem produtos inovadores nas áreas de *digital economy*, *digital health/medtech*, e *nanatecnologia* e facilitar-lhes o acesso a investidores nacionais e internacionais.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

-----Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2023, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 390 300,00 Euros (trezentos e noventa e mil e trezentos euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato. -----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das informações de cabimento n.º e de compromisso n.º , ambas de de .-----

CLÁUSULA 5.ª

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2023, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de XX de Dezembro de 2022, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de XX do referido mês de Dezembro. -----

CLÁUSULA 6.ª

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor. -----

CLÁUSULA 7.ª

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato. -----

-----Este contrato-programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.

Braga, __.-----

PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PELA INVESTBRAGA,

Carlos Duarte Oliveira e Silva



IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Introdução

1. O presente documento substitui e revoga integralmente o anterior Parecer prévio por nós emitido sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela entidade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.** (doravante designada de "InvestBraga"), com data de 13 de outubro de 2022, devido à atualização de alguns pressupostos de evolução da atividade, utilizados pelo Conselho de Administração na quantificação do montante do contrato-programa (anteriormente de 339 334 euros), com base na melhor informação disponível à data.
2. Assim, e para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **InvestBraga do Município de Braga**, com base no "Contrato Programa - 2023" no valor de 390 300 euros, cuja minuta se anexa (documento com quatro páginas por nós rubricadas e carimbadas).
3. Estes subsídios à exploração são devidos pelo Município de Braga como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade, fundamentalmente referentes aos seguintes aspetos:
 - a) No quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e incrementem a atividade económica da região, criando condições para a instalação de novas empresas e para a promoção de novas atividades e desenvolvimento das já existentes;



- b) Em colaboração com o Pelouro da Cultura do Município de Braga, apoiar a realização da Feira do Livro e o seu programa cultural;
- c) Disponibilizar os serviços de apoio e espaços no Altice Fórum Braga à Companhia de Teatro de Braga para a dinamização da sua atividade.

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da InvestBraga o cálculo do valor do subsídio à exploração, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos, traduzida em KPI's para as principais áreas de atuação da entidade e em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

8. A minuta do contrato prevê e atualiza a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem razoáveis.

Parecer

9. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor das indemnizações compensatórias previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

respetiva minuta do contrato-programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela InvestBraga.

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pela situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Braga, 07 de dezembro de 2022.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Contrato-Programa 2023

Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, neste ato representada por Maria Sameiro Macedo Araújo, na qualidade de Vice-Presidente, doravante identificado como “Município de Braga”,

e

Segundo Outorgante: Teatro Circo de Braga EM, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, nº 697, 4710-251 Braga, pessoa coletiva nº 500463964, aqui representado por Cláudia Teixeira Leite e Maria de Lurdes Rufino Machado de Campos Oliveira, na qualidade de membros do Conselho de Administração, doravante identificado como “TCB”.

Considerando que:

- a) É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos, do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
- b) Ao abrigo da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a TCB, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga, é uma empresa local, que prossegue o interesse público, cuja atividade possui uma especificidade técnica e material que justifica e torna mais conveniente a sua gestão sob a forma empresarial, e que tem como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral (vide artigos 6º nº 1, 19º nº 1 e 20º nº 1);
- c) A TCB constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 2º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- d) Neste contexto, a missão da TCB é a de dinamizar e elevar a atividade cultural de Braga, nas áreas das artes performativa e digitais, promovendo a criação e fidelização de públicos e o enriquecimento cultural dos seus cidadãos;
- e) Para desenvolver a sua missão de serviço público foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- i. Aposta numa programação eclética, de elevada qualidade, diversificada e abrangente;
 - ii. Participação ativa nos processos de preparação e discussão da estratégia e políticas culturais a implementar na cidade;
 - iii. Abertura do Theatro Circo e do gnracion à comunidade e aos criadores locais, e apoio ao intercâmbio artístico, nacional e internacional;
 - iv. Criação e fidelização de públicos;
 - v. Reforço da notoriedade e posicionamento do Theatro Circo e do gnracion;
 - vi. Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável;
- f) Para a prossecução dos objetivos acima definidos, a TCB desenvolve um programa cultural próprio, diverso na sua temática, abarcando todas as áreas culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando também pela implementação de um serviço de mediação de públicos e visitas guiadas;
- g) Desde 2019 passou também a incorporar na sua atividade o desenvolvimento de uma programação específica na área de Media Arts, na sequência da admissão da cidade de Braga na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, assumindo uma maior dimensão e responsabilidades acrescidas na programação de 2022 com a apresentação da Bienal INDEX;
- h) Passou, ainda, no ano de 2020, a integrar a gestão do equipamento cultural gnracion, no âmbito da assunção de responsabilidade de programação alargada, cuja competência foi atribuída pela Assembleia Municipal de Braga;
- i) Neste contexto, e numa ótica de racionalização de recursos e potenciando as competências adquiridas, entendeu o Município atribuir a gestão do gnracion à TCB com base, nomeadamente, nos seguintes pressupostos:
- i. O edifício mantém-se sob propriedade do Município, com a salvaguarda do uso e exploração pela TCB, sempre sujeita à previa autorização do primeiro;
 - ii. O Município mantém na sua esfera os contratos de fornecimento de energia e água, manutenção de AVAC, sistemas de incêndio, elevador, sistema de videovigilância e controlo de acessos, bem como a infraestrutura de rede e conectividades, considerando que a propriedade do edifício se mantém sob a alçada do mesmo, que também controla a sua gestão;
 - iii. O Município assume as obras de grande envergadura do edifício gnracion, assumindo a TCB as despesas de manutenção corrente, nomeadamente todas as pequenas obras de manutenção que resultam da atividade que realiza no espaço;

- iv. São assumidos pela TCB os encargos com consumos correntes de higiene e limpeza, comunicações e segurança, bem como os que decorrem da aquisição de material de escritório, aquisição e reparação de equipamentos para a atividade cultural e aquisição de novo licenciamento de software;
 - v. O Município assegura o seguro multirriscos do edifício, ficando a TCB responsável pelo seguro de responsabilidade civil bem como por todas as licenças e demais seguros relativos à realização dos eventos que irá programar para este espaço;
 - vi. São receitas da TCB a bilheteira dos eventos realizados no gnration e serviços associados aos mesmos;
 - vii. São, ainda, receitas da TCB as relativas a cedências de espaços a terceiras entidades, devidamente autorizadas pelo Município, na medida em que estas sejam necessárias para suportar os custos administrativos, de segurança e limpeza que decorrem destas mesmas cedências;
- j) A partir de 2023, a TCB fica também responsável pela implementação da programação e comunicação do plano de ação de Braga'27, que decorre da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura. Não sendo conhecido o resultado desta candidatura à data de celebração do presente contrato-programa, as atividades previstas são as que se pretendem desenvolver num cenário de atribuição do título a outra cidade, dando sequência a projetos de relevante interesse municipal. Neste contexto, serão priorizadas as ações de capacitação dos agentes locais e do setor cultural e criativo, as iniciativas de base supramunicipal, mobilizadoras da região, e os projetos com parcerias e financiamento já previsto. Caso Braga venha a ser selecionada, a cidade contará com outros financiamentos a nível nacional e internacional, que permitirão multiplicar os resultados previstos com o apoio municipal agora considerado.
- k) A programação desenvolvida pela TCB, que se quer abrangente no que concerne aos seus públicos-alvo, acessível a todos e promotora de um maior conhecimento e fruição cultural, implica a prática de uma política de preços reduzidos, com descontos adicionais para segmentos específicos da população, bem como a realização de um conjunto de atividades de acesso gratuito;
- l) Esta prática, decorrente da sua natureza de serviço público, limita necessariamente as receitas auferidas no âmbito das atividades de programação interna concretizadas, pelo facto de não serem executadas a preços de mercado, sendo estas receitas deficitárias para fazer face aos custos que as respetivas atividades acarretam;
- m) Assim, é necessário dotar a TCB dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a concretização do seu programa cultural;

- n) O subsídio à exploração a atribuir à empresa municipal, como contrapartida das obrigações assumidas neste âmbito, depende da celebração de Contrato-Programa, forma esta exigida em conformidade com o disposto no art.º 47º da Lei nº 50/2012, devendo definir-se o seu objeto, montante do subsídio à exploração, obrigações dos outorgantes e, ainda, os indicadores e objetivos a atingir.

É celebrado o presente Contrato-Programa, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente Contrato-Programa visa disciplinar e regular a atribuição de um subsídio à exploração pelo Município de Braga à empresa municipal TCB decorrente do desenvolvimento de uma política de preços acordada entre as partes outorgantes, e que visa cobrir os custos económicos que a empresa suporta por força da exigência de prossecução da sua atividade conforme o interesse geral, imposta pelo Município de Braga.

Cláusula 2.ª

(Finalidade e objetivos)

1. De acordo com o definido na cláusula 1ª, o Contrato-Programa visa a concretização da programação interna do Teatro Circo e gnration, enquanto equipamentos culturais da cidade, contribuindo para os principais objetivos estratégicos do seu plano de atividades.
2. Os objetivos estratégicos inerentes à celebração do presente Contrato-Programa são os seguintes:
 - a) Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030;
 - b) Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais;
 - c) Promoção do intercâmbio, coprodução e cocriação artística, nacional e internacional;
 - d) Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal aos equipamentos e programação cultural;
 - e) Promoção da programação cultural da cidade de Braga, através do reforço da notoriedade dos equipamentos culturais e programas de ação a cargo da empresa municipal;
 - f) Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável.

3. Para a prossecução destes objetivos foi definido um plano de ação que se traduz num conjunto de medidas, mais concretas, que mais facilmente puderam ser convertidas em indicadores mensuráveis, a saber:

- a) Desenvolvimento da programação própria regular do Theatro Circo e do gnration, de acordo com os princípios definidos nos respetivos planos de atividade;
- b) Implementação do programa de ação de Braga Media Arts;
- c) Concretização da programação de Braga'27, priorizando a implementação dos projetos capacitação e promoção do setor cultural e criativo local e das iniciativas de relevante impacto regional e internacional;
- d) Aposta na produção artístico-cultural local e regional, com ênfase em projetos de produção própria e coprodução e valorizando a circulação de projetos no contexto da Rede de Teatros e Cineteatros portugueses;
- e) Desenvolvimento de programas específicos de mediação, para os equipamento e projetos apoiados, norteado pelos princípios da universalidade de acesso à participação cívica e fruição cultural;
- f) Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos;
- g) Otimização contínua dos custos na operacionalização da programação interna e reforço das receitas próprias;
- h) Rigoroso controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo;
- i) Pagamento atempado a fornecedores.

Cláusula 3.ª

(Regime da comparticipação financeira)

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir à TCB é de **2.950.912€** (dois milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e doze euros), a ser transferido em doze tranches mensais, entre janeiro e dezembro de 2023, valor que deverá ser transferido até ao dia 10 de cada mês.
2. O valor da comparticipação financeira visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais das atividades prosseguidas pela TCB na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada entre as partes, como se demonstra no Anexo I ao presente contrato.

Cláusula 4.ª.

(Obrigações do segundo outorgante)

1. O segundo outorgante obriga-se a apresentar, ao primeiro outorgante, relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos de Gestão Previsional e, ainda, um relatório final referente ao desenvolvimento do Contrato-Programa celebrado, identificando a missão desenvolvida e os objetivos alcançados, descrevendo as atividades realizadas e apresentando indicadores quanto aos resultados obtidos.
2. Do relatório final, a apresentar até final de maio de 2023, constarão as políticas de preços concretizadas, das quais decorram receitas operacionais, no ano em curso, inferiores aos custos anuais, de acordo com o definido nos termos do art.º 47º da Lei nº 50/2012.

Cláusula 5.ª

(Indicadores de Eficácia e Eficiência para 2022)

Considerando os objetivos definidos na cláusula 2ª, e por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 1 da cláusula 4ª no que concerne à medição da sua realização, foram definidos os seguintes indicadores para as atividades desenvolvidas ao abrigo do Contrato-Programa:

Indicadores de execução do Contrato-Programa e sua relação com os objetivos estratégicos da empresa

Quadro nº 1 – Indicadores de Eficácia do Theatro Circo

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do Theatro Circo	Nº de eventos apoiados (excepto visitas)	[170 -185]
		Público nos eventos apoiados	[37 500-50 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[10-20]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[7-12]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[35 - 45]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[800-1200]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do Theatro Circo</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[35000-45000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 2 – Indicadores de Eficácia do gnrntion

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do gnrntion	Nº de eventos apoiados (exceto visitas)	[225 - 250]
		Público nos eventos apoiados	[50 000 - 65 000]
	Desenvolvimento de programação na área das Media Arts	Nº de eventos e ações de Media Arts desenvolvidas	[140-155]
		Público nas ações e eventos de Media Arts apoiados	[3 000-5 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[7-10]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[10– 15]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[10 - 20]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[2 000-3 000]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do gnrntion</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[12 000 – 16 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 3 – Indicadores de Eficácia de Braga'27

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
Implementação da programação de Braga'27	Execução do programa de ação de Braga'27	Nº de eventos apoiados	[85-90]
		Público nos eventos apoiados	[4500-5500]
Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[7-15]
	Desenvolvimento de ações de Capacitação do Sector Cultural e Criativo	N.º de ações desenvolvidas	[8-10]
		N.º de participantes	[100-200]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[7-15]
Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal	Desenvolvimento de um programa de mediação e de ações com comunidades locais	N.º de ações	[55-60]
		Nº total de participantes	[1500-2000]
Reforço da notoriedade e posicionamento do gnracion	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de materiais de comunicação distribuídos	[20 000-30 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 4 – Indicadores de Eficiência

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato-Programa	Meta 2022
<i>Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável</i>	Rigorous controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo	Resultado líquido	> 0
	Pagamento atempado a fornecedores	Prazo médio de pagamento	< 40 dias

Cláusula 6.ª
(Acompanhamento e fiscalização)

O Município de Braga reserva-se o direito de verificar o cumprimento do disposto no presente Contrato-Programa através do acompanhamento das ações propostas e desenvolvidas pela TCB.

Cláusula 7.ª
(Incumprimento da cláusula 3ª)

A falta de cumprimento das obrigações constantes da cláusula 3ª ou a mora no seu cumprimento implica, salvo facto devidamente justificado e aceite pelo primeiro outorgante, a impossibilidade de celebração de novo Contrato-Programa.

Cláusula 8.ª
(Vigência do contrato)

O Contrato-Programa produzirá os seus efeitos a 1 de janeiro de 2023 e vigorará durante o ano de 2023.

Cláusula 9.ª
(Aceitação)

O presente Contrato-Programa, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Cláusula 10.ª
(Compromisso)

Ao presente Contrato-Programa foi atribuído o número de compromisso xxx, nos termos da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Braga, 7 de outubro de 2022

O Vice-Presidente do Município de Braga

A Administração da TCB

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

No presente anexo apresenta-se a informação de suporte ao cálculo do subsídio à exploração, sendo indicados os pressupostos subjacentes ao valor apresentado.

a) Estimativa de espectadores/públicos das atividades apoiadas

O cálculo do número de eventos e respetivo público referente aos eventos do Theatro Circo e gnration, tiveram em consideração a média de público existente no período pré-pandemia, e os eventos de programação interna que se pretende concretizar em 2023. Por uma questão de coerência programática, os eventos de media arts estão incluídos na programação do gnration, sendo esta a principal estrutura de desenvolvimento dos mesmos.

Para as atividades a desenvolver no âmbito do plano de ação de Braga'27, dadas características e tipologias específicas das mesmas, a estimativa de eventos e públicos é apresentada num quadro independente.

	Theatro Circo			gnration		
	Nº eventos previstos	Nº médio de público por evento	Público Total previsto	Nº eventos previstos	Nº médio de público por evento	Público Total previsto
Espectáculos	86	385	33 110	45	175	7 875
Sessões de Cinema	46	85	3 910	4	80	320
Formação de Públicos	40	30	1 200	16	168	2 680
Outros Eventos	10	650	6 500	14	1 142	15 988
Visita	70	20	1 400	12	2 917	35 000
Eventos Media Arts				155	20	3 100
Total	252	183	46 120	246	264	64 963

	Braga'27		
	N.º eventos previsto	Nº médio de público por evento	Público Total previsto
Espectáculos	11	209	2 300
Residências	4	19	75
Conferencias	4	100	400
Ações de formação/capacitação	8	20	160
Ações com comunidade	32	31	980
Ações de mediação	25	30	750
Total	84	56	4 665

b) Estimativa de públicos por tipo de bilhete

A estimativa de públicos por tipo de desconto, que abaixo se apresenta, foi calculada com base na distribuição dos descontos atribuídos por tipos de eventos, num ano de atividade regular, e considerando a tipologia de eventos a realizar em 2023. Nas tabelas seguintes apresenta-se a previsão de descontos por tipo de evento e o seu impacto na bilheteira de 2023, por equipamento e projeto compartilhado.

Theatro Circo				
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	14 900	3 311	8 278	6 622
Sessões de Cinema	1 369	0	2 151	391
Formação de Públicos	180	60	60	900
Outros Eventos	650	0	0	5 850
Visita	280	0	210	910
Total	17 378	3 371	10 698	14 673
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	45%	10%	25%	20%
Sessões de Cinema	35%	0%	55%	10%
Formação de Públicos	15%	5%	5%	75%
Outros Eventos	10%	0%	0%	90%
Visita	20%	0%	15%	65%

*Os bilhetes relativos aos camarotes alugados a empresas são incluídos na coluna dos bilhetes gratuitos, dado que o pagamento do camarote é efetuado integralmente e de forma antecipada, não sendo duplicada a emissão de bilhetes no próprio evento.

gnration				
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	2 756	1 181	2 363	1 575
Sessões de Cinema	0	0	0	320
Formação de Públicos	0	0	0	2 680
Outros Eventos	0	0	0	15 988
Visitas	0	0	0	35 000
Eventos Media Arts	310	155	155	2 480
Total	3 066	1 336	2 518	58 043
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	35%	15%	30%	20%
Sessões de Cinema	0%	0%	0%	100%
Formação de Públicos	0%	0%	0%	100%
Outros Eventos	0%	0%	0%	100%
Visitas	0%	0%	0%	100%
Eventos Media Arts	10%	5%	5%	80%

Braga'27

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	1 150	0	1 150	0
Residências	0	0	0	75
Conferencias	0	0	0	400
Ações de	0	0	0	160
Ações com comunidade	0	0	0	980
Ações de mediação	0	0	0	750
Total	1 150	0	1 150	2 365

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	50%	0%	50%	0%
Residências	0%	0%	0%	100%
Conferencias	0%	0%	0%	100%
Ações de	0%	0%	0%	100%
Ações com comunidade	0%	0%	0%	100%
Ações de mediação	0%	0%	0%	100%

c) Preços médios por área e preços de mercado

Os quadros seguintes apresentam o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação interna, e por equipamento e projeto cultural, face ao preço de mercado que teria de ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.

	Theatro Circo			gnration		
	Preço Médio	Preço Médio	Valor Real Médio	Preço Médio	Preço Médio	Valor Real Médio
Espectáculos	16,0 €	10,5 €	41,3 €	7,0 €	4,3 €	62,8 €
Sessões de Cinema	4,0 €	2,5 €	14,4 €	0,0 €	0,0 €	24,7 €
Formação de Públicos	12,0 €	2,6 €	66,5 €	0,0 €	0,0 €	10,7 €
Outros Eventos	10,0 €	1,0 €	34,2 €	0,0 €	0,0 €	4,7 €
Visita	3,5 €	1,0 €	10,1 €	0,0 €	0,0 €	1,1 €
Eventos de Media Arts				6,0 €	1,0 €	158,2 €

	Braga'27		
	Preço Médio	Preço Médio	Valor Real Médio
Espectáculos	7,0 €	5,3 €	4,7 €
Residências	0,0 €	0,0 €	575,9 €
Conferencias	0,0 €	0,0 €	78,2 €
Ações de formação/capacitação	0,0 €	0,0 €	56,3 €
Ações com comunidade	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Ações de mediação	0,0 €	0,0 €	3,4 €

Os preços acima apresentados para o bilhete inteiro, a serem praticados em 2023, tendo em conta o respetivo equipamento cultural, correspondem a um valor médio por evento, variando, por princípio, num intervalo pré-definido com o Município, a saber:

	Theatro Circo		gnration	
	Grande Público	Público escolar	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 30,00€]	[3,5€ - 5€]	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]
Sessões de Cinema	4,00 €	n.a.	n.a.	n.a.
Formação de Públicos	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]	n.a.	n.a.
Outros Eventos	[5€ - 12,5€]	[3,5€ - 5€]	n.a.	n.a.
Visita	3,50 €	n.a.	n.a.	n.a.
Eventos de Media Arts			[5€ - 12,5€]	[3,5€ - 5€]

n.a. – não aplicável

	Braga'27	
	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]
Residências	n.a.	n.a.
Conferencias	n.a.	n.a.
Ações de	n.a.	n.a.
Ações com comunidade	n.a.	n.a.
Ações de mediação	n.a.	n.a.

n.a. – não aplicável

Não obstante os valores acima indicados, previamente à aprovação da programação específica é realizada uma reunião para a aprovação do preço estabelecido para cada atividade a realizar, podendo os mesmos serem ajustados.

d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga'27	Total TCB
Bilheteira	346 897 €	35 138 €	11 392 €	393 427 €
<i>Bilhetes Inteiros</i>	239 157 €	19 956 €	7 594 €	266 707 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	107 741 €	15 182 €	3 797 €	126 720 €
Pré-vendas	18 813 €	0 €	0 €	18 813 €
Cartões quadrilátero	19 378 €	2 948 €	0 €	22 326 €
Subsídios Estado/UE	200 000 €	221 553 €	0 €	421 553 €
Patrocínio/Apoio Eventos	56 800 €	0 €	0 €	56 800 €
Total	641 889 €	259 640 €	11 392 €	912 920 €

e) Plano previsional de custos – Programação Interna

Para a implementação das atividades, estimaram-se os custos que se resumem na tabela seguinte:

Custos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga'27	Total TCB
Produção	658 300 €	384 272 €	621 117 €	1 663 689 €
Comunicação	111 406 €	125 230 €	144 100 €	380 736 €
Equipa Técnica	678 317 €	551 049 €	288 288 €	1 517 654 €
Instalações e Equipamentos	195 301 €	51 565 €	54 886 €	301 753 €
Total	1 643 324 €	1 112 116 €	1 108 392 €	3 863 832 €

Para a definição destes custos referente ao equipamento cultural **Theatro Circo** foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, retomando o normal ritmo da atividade de programação pós-pandemia, considerando o tipo de atividades a desenvolver em 2023.
2. As despesas com comunicação com anúncios e ações específicas foram afetas na totalidade, visto que estas componentes da comunicação do equipamento são dedicadas exclusivamente a eventos de programação interna. No caso da produção de materiais e serviços de marketing considerou-se que há alguma partilha com as cedências externas embora em menor dimensão (80% dos recursos normais), pelo que foi afeto proporcionalmente, utilizando o rácio infra:

	Previsão 2023	Afetação 2023
Eventos programação interna	182	182
Cedências e alugueres	99	79
Eventos Theatro Circo	281	261
% Programação Interna/total Eventos		70%

3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, são afetas na proporção das atividades internas no total das atividades do Theatro Circo, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora numa menor dimensão. Para o efeito consideramos o mesmo rácio utilizado no ponto anterior.

Para a definição destes custos no **gnration** foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2023.
2. As despesas com comunicação foram estimadas com base em dados históricos e considerando o previsto para o ano 2023. Foram afetas na totalidade, visto que a comunicação do espaço gnration é dedicada exclusivamente a eventos de programação interna, não sendo efetuados trabalhos de comunicação para alugueres de salas ou cedências externas.

3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, são afetas na proporção das atividades internas no total das atividades realizadas no gnration, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora com uma proporção inferior - também menos cerca de 20% (menos recursos internos, uma vez que têm equipas externas também presentes). Com este pressuposto efetuamos os cálculos seguintes e chegamos a uma % de afetação de 87%:

	Previsão 2023	Afetação 2023
Eventos programação interna	106	106
Cedências e alugueres	20	16
Eventos gnration	126	122
% Programação Interna/total Eventos		87%

Para a definição destes custos implementação das ações de **Braga'27** considerou-se o seguinte:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2023.
2. As despesas com comunicação foram estimadas considerando as ações previstas para o ano 2023 e afetas na totalidade, visto que toda a atividade está afeta à divulgação exclusiva deste programa.
3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, foram também afetas na totalidade, uma vez que a equipa e recursos usados se dedicam somente ao desenvolvimento das atividades objeto do presente contrato-programa.

f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pela TCB para as atividades de programação interna, estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de **2.950.912€**.

	Theatro Circo	gnration	Braga'27	Total TCB
Rendimentos Programação Interna	641 889 €	259 640 €	11 392 €	912 920 €
Custos Programação Interna	1 643 324 €	1 112 116 €	1 108 392 €	3 863 832 €
Défice Gerado = Subsídio à Exploração	1 001 435 €	852 477 €	1 097 000 €	2 950 912 €

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º6/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pelo **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** (doravante designado de “Entidade” ou “Teatro Circo”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato Programa” no valor de 2 950 912 euros, para o exercício de 2023, cuja minuta se anexa (documento com dezassete páginas, por nós assinada digitalmente).
2. O Teatro Circo constitui, no quadro das suas atribuições, um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
3. O valor do subsídio à exploração visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais incorridos nas atividades prosseguidas pelo Teatro Circo, na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada com o Município de Braga.

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Teatro Circo o cálculo do valor da indemnização compensatória, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

7. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os preços reais apurados com base no plano previsional de custos e os preços efetivamente praticados pelo Teatro Circo para as atividades de programação própria.

8. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

Parecer

9. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor das indemnizações compensatórias previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pelo Teatro Circo.

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem

agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pela situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Braga, 12 de outubro de 2022.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por